

**PADRÕES LOCACIONAIS DA ESTRUTURA SOCIAL: SEGREGAÇÃO  
RESIDENCIAL Nas cidades latino americanas - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

*5-Dinâmica urbana*

**ROCHA, LILIAN HAHN MARIANO DA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM - Brazil

Trabajo Nº: 5693

*Oral*

*5-Dinâmica urbana*

Presentador: **LILIAN HAHN MARIANO DA ROCHA**

Primer Autor: **LILIAN HAHN MARIANO DA ROCHA ( *Brazil* )**

Inscrito:

**lhrocha@yahoo.com**

### **1 - Introdução**

Embora se reconheça que nos últimos anos (especialmente a partir da década de 70, na França e Estados Unidos, e na de 80, no Brasil) tem-se produzido razoável acervo de informações espaciais intra-urbanas, os estudos sobre processos espaciais e sua atuação na organização da estrutura espacial urbana – dentre eles o de segregação residencial – não apresentam larga tradição nas pesquisas. È somente no início do século XX que os pesquisadores passam a trabalhar mais ou menos sistematicamente estes processos; os quais tiveram enorme influência da Escola de Sociologia Urbana (Escola de Chicago), especialmente através do padrão de círculos concêntricos de localização da população dispostos ao redor de uma área central, conforme descrito por Burgess, com base nos estudos realizados na década de 20, na cidade de Chicago, onde a população de alto *status* residia na periferia. Outro exemplo é o modelo setorial de distribuição dos estratos sociais elaborado por Hoyt, em 1939, a partir de um estudo incluindo 25 cidades americanas, onde a população de alto *status* ocupava um setor da cidade diametralmente oposto a localização da população de baixo *status* econômico. A partir destes estudos, as discussões sobre onde se localizam os diversos estratos sociais na cidade ganha força, e inúmeros estudos são realizados. Estes dois padrões são identificados para sociedades industrializadas, que se caracterizam por apresentar um elevado grau de desenvolvimento tecnológico e populacional, bem como de diversidade econômica, traços característicos das metrópoles e grandes cidades industrializadas.

Entretanto o padrão mais antigo e mais abrangente tanto espacial quanto temporalmente, e ainda largamente encontrado até hoje, é aquele estudado por Kohl, em 1841, para distribuição dos grupos sociais da Europa Continental, em uma época em que os efeitos

do capitalismo ainda não se faziam sentir completamente – sociedade pré-industrializada, tendo a população de alto *status* residindo no centro e a de baixo *status* na periferia. Este padrão revela-se contrário ao modelo de Burgess, embora mantenha o mesmo modo de distribuição na forma de anéis concêntricos (CORRÊA,1995).

Em 1960, Guideon Sjoberg publicou o livro *The Preindustrial city*, em que estuda os padrões espaciais das cidades européias da idade média comparando-os aos das cidades atuais. Concluiu, assim como Kohl, que nas cidades atuais a elite reside no centro; entretanto, a partir do momento que se industrializam, esta organização adquire nova configuração: as elites passam a ocupar círculos ou setores de círculos da periferia urbana.

Para Sjoberg, as sociedades evoluem de um estágio pré-industrial para um industrial, passando por uma fase intermediária em que apresenta tanto características da sociedade industrial como da pré-industrial. A cidade pré-industrial, com a elite no centro e os pobres na periferia, ao se industrializar, modernizar, muda sua configuração espacial, havendo o abandono, em maior ou menor grau, do centro e ocupação da periferia, ou de setores da periferia pela população de alta renda. Sjoberg aponta em seus estudos sobre organização espacial das cidades, para a tese da mudança técnica, econômica e espacial.

Leo Schnore (1975), revisando as pesquisas de outros estudiosos sobre cidades latino americanas, confirma para estas cidades a mesma tendência observada por Sjoberg (1960): a mudança da população de alto *status* em função da industrialização e do crescimento urbano.

Essas mesmas mudanças foram observadas por Yujnovsky (1971), Mértins/Bähr (1983), para metrópoles latino-americanas. No Brasil, Villaça (1978;1998), por meio de seus estudos para seis metrópoles brasileiras, também evidencia esta mudança para todas as capitais por ele analisadas.

Para Edmond Préteceille (2004) a análise crítica da segregação residencial é um dos temas mais compartilhados pelos pesquisadores na maioria dos países onde as ciências sociais se desenvolvem no campo do estudo das cidades. Para este autor, pode-se perceber o efeito, em três quartos de século, da difusão das idéias da primeira Escola de Chicago, de R. Park e E. Burgess (1925), geralmente considerada como tendo constituído o nascimento da sociologia urbana enquanto disciplina científica. Esta tradição comum foi reforçada no período recente pela difusão de um novo paradigma, o da cidade global, onde uma das características seria a dualidade social e espacial nas maiores metrópoles. Em suma, poder-se-ia dizer que o tema da dualidade urbana da cidade global atualiza, nas condições da economia capitalista dominada pela globalização financeira neoliberal, os esquemas de segregação na

cidade capitalista que a Escola de Chicago tinha evidenciado desde os anos 20, e cujos processos de produção foram analisados pela pesquisa urbana neomarxista dos anos 1960-70, por Castells (1972); Lojkin (1972); Harvey (1973). (PRÉTECEILLE, 2004:11)

Pode-se, assim, observar que, na literatura, tem-se discutido o processo de mudança do padrão espacial da cidade sob o ponto de vista da mudança técnica/econômica, qual seja, as cidades mudam sua organização interna, a partir de sua industrialização e conseqüente crescimento econômico e populacional.

Partindo dessas observações sobre evolução da estrutura espacial interna das cidades de um estágio pré-industrial para um industrial, muitas questões ainda persistem, dentre elas: que padrão apresentam as cidades atuais que modernizaram suas estruturas, apresentam novos atores sociais atuando em seu espaço, porém não passaram por um processo de industrialização?

Até que ponto as cidades não industrializadas apresentam um padrão locacional de cidades pré-industrializadas? Teriam elas a população de alto *status* residindo em áreas distantes do centro? O padrão espacial dessas cidades sempre foi o mesmo? Se mudou, desde quando? Como era no passado e por que mudou? Que agentes sociais foram responsáveis pela organização atual? Quais os impactos espaciais e as transformações sociais nesse tipo de espaço? Qual a origem dos grupos sociais existentes no espaço urbano das cidades? Qual o arranjo das áreas e suas mudanças? E as outras atividades: comércio, serviços, que local ocupam no espaço urbano dessas cidades? Que relação apresentam os sistemas viários – local e regional, com as localizações entre os diversos elementos da estrutura urbana?

Neste sentido, este trabalho, busca contribuir para retomada de um tema de estudo decisivo para a compreensão da problemática urbana atual, qual seja: os estudos que envolvem a temática da análise de padrões espaciais de distribuição da população urbana.

Além disso, também vem a contribuir para a retomada do tema, a existência de posições divergentes baseadas em teorias lançadas por diferentes autores, bem como o entendimento de que esses modelos, de forma isolada, parecem não mais responder à realidade atual, especialmente por observar-se que todos apresentam certa eficácia quando dentro de uma limitada área de abrangência. Na realidade, tais modelos não são exatamente divergentes, mas podemos dizer que se complementam, uma vez que uma cidade pode apresentar todos estes modelos em diferentes momentos de sua história, ou, também, resquícios de todos eles juntos num dado momento de evolução espacial. Sendo assim, o **objetivo** dessa pesquisa é abordar a evolução do estudo de padrões locacionais, no que tange

a estruturação do espaço urbano, apresentando os padrões espaciais existentes e o padrão latino-americano de organização espacial.

## **2 – O Contexto**

### *2.1- Os Padrões Espaciais*

A origem da segregação residencial remonta desde o aparecimento da cidade e das classes sociais. Entretanto, é com o capitalismo que este processo assume uma dimensão maior devido à fragmentação das classes sociais.

Na compreensão da estrutura urbana, os estudos sobre os padrões de segregação residencial mais reconhecidos e utilizados na interpretação do espaço da cidade têm origem em três modelos clássicos: o modelo Kohl-Sjoberg<sup>1</sup> – para sociedades pré-industrializadas - e os modelos de Burgess e o de Hoyt<sup>2</sup> – elaborados para sociedades industrializadas.

O geógrafo J. G. Kohl elaborou, em 1841, para grupos sociais da Europa continental, *possivelmente*, o primeiro modelo de segregação residencial, que corresponde à estrutura urbana de sociedades pré-industriais, marcada pela concentração das classes abastadas no centro e dos pobres em sua periferia. Gideon Sjoberg, em 1960, sem ter conhecimento do trabalho de Kohl, estudou os padrões espaciais das cidades européias da Idade Média, partindo da comparação com as cidades pré-industriais atuais. A conclusão a que chegou foi a mesma: a elite residia no centro da cidade.

A localização das elites no centro explica-se por sua busca e identidade com as fontes de poder e prestígio (praça central, palácio do governo, Igreja matriz, instituições financeiras, o comércio à longa distância, etc.) associada às possibilidades limitadas de locomoção no mundo pré-industrial. As camadas intermediárias habitavam uma zona imediatamente próxima às residências da população de alto *status*. E os desprivilegiados habitavam a franja urbana, local que apresentava habitações pequenas e deficientemente construídas, nas quais se aglomeravam numerosas pessoas. Já os grupos mais pobres eram mantidos fora da área de acesso às facilidades urbanas. Tinham de vencer distâncias relativamente longas para chegar ao centro. Alguns grupos ainda estabeleciam-se na extremidade da área urbana a fim de que pudessem complementar suas rendas produzindo, eles mesmos, seus alimentos.

Esse padrão, além de ser o mais antigo, é o mais abrangente tanto espacial quanto temporalmente. É o de maior persistência e ainda largamente identificado na América colonial e atual, Europa Oriental, África e EUA antes da Guerra de Secessão (CORRÊA, 1995).

Além de Kohl e Sjoberg, Schnore (1975) analisou centenas de cidades norte-americanas. Através de pesquisas de outros estudiosos, analisou também as cidades latino-

americanas e fez um apanhado geral das mais significativas investigações feitas pela sociologia americana em diferentes cidades do mundo e em distintos períodos históricos<sup>3</sup>.

Na revisão feita por Schnore, de sete estudos sobre cidades latino-americanas, o primeiro é o estudo feito por Hansen (1948), datado da década de 30, sobre Mérida, no México, no qual ele verifica que a cidade sofreu transformações surpreendentes no decurso do crescimento de sua população: transformações que resultaram na mudança de sua organização espacial. A cidade foi traçada, no século XVI, a partir de uma praça central, onde residia a população de alto *status* – os espanhóis. A uma distancia não muito grande, estabeleciam-se os bairros, locais de residência dos outros estratos sociais. À medida que a cidade descia, o centro invadia os bairros, e os seus residentes eram obrigados a deslocarem-se para fora. O crescimento da cidade, nesse período, não implicava mudança na sua organização espacial.

No século XX, esse padrão começou a mudar, emergindo um padrão residencial semelhante àquele encontrado nas cidades norte-americanas, no qual a população de alto *status* ocupava subúrbios elegantes e o centro era apenas um distrito comercial. Hansen atribui esse processo de mudança a fatores puramente econômicos.

Outros estudos foram realizados a partir do trabalho de Hansen relativos às cidades de La Paz, Sucre, Oaxaca, México, Guadalajara e Puebla. Todos apresentaram resultados semelhantes: a população de alto *status*, originalmente, se localizava junto ao centro da cidade; mas esse padrão entrava em declínio e essa população começa a descolar-se do centro para a periferia. Para Schnore, o que se observava nessas cidades é uma mesma tendência: a mudança de localização da população de alto *status* em função da industrialização e do crescimento urbano.

Os estudos de Ernest Burgess, realizados na década de 20, e outros pesquisadores que formaram a Escola de Ecologia Humana, com base nas grandes cidades norte-americanas em pleno *boom* da industrialização das primeiras décadas do século XX, reconheceram um padrão de distribuição de classes sociais inverso ao previsto por Kohl para a cidade pré-industrial<sup>4</sup>. Assim, tornou-se um paradigma que, em sociedades industriais, onde a disponibilidade de meios de transporte se tornou crescente, ocorreu um processo de suburbanização das classes abastadas rumo a periferias bucólicas, enquanto os trabalhadores, imigrantes e baixos estratos sociais se confinavam nas áreas degradadas e desvalorizadas do centro, próximas das oportunidades de emprego.

As tendências gerais salientadas por Burgess foram observadas cerca de oitenta anos antes por Friedrich Engels, que identificou um zoneamento na cidade de Manchester, de

acordo com a classe social.<sup>5</sup> Baseado em observações realizadas em 1842-1844 publicou o seguinte relato em 1845:

No centro de Manchester, há um distrito comercial bastante grande, de cerca de meia milha de comprimento por meia milha de largura. Este distrito é quase inteiramente ocupado por escritórios e armazéns. Em quase todo o distrito não há moradores permanentes, sendo deserto à noite (...). Ao redor desta quadra comercial há uma faixa de área construída, com uma média de largura, ocupada inteiramente pelas residências da classe dos trabalhadores. (...) Além dessa faixa de residências da classe dos trabalhadores ficam os distritos habitados pelas classes médias e classes superiores. As primeiras encontram-se em ruas regularmente traçadas, nas proximidades dos distritos da classe dos trabalhadores. (...) As vilas das classes superiores são rodeadas por jardins e ficam nos locais mais altos e mais afastados. (1986:54-55).

A descrição feita por Engels para a grande cidade inglesa trata-se “de uma evolução na qual a cidade descrita por Kohl passa, com a fase industrial do capitalismo, para uma organização espacial da segregação de acordo com o que foi descrito por Burgess”. Ter-se-ia, assim, uma seqüência evolutiva da organização espacial da cidade. (Corrêa, 1995:68).

Burgess desenvolveu em seu modelo de zonas concêntricas a noção de centralidade, que seria o centro da cidade em função da posição e dos processos históricos de aglomeração e da competição ao redor de tal centro. Com o crescimento das cidades, a competição e a maior divisão do trabalho determinaram os processos ecológicos de centralização e descentralização<sup>6</sup>.

Nesse sentido, a partir do centro, a zona I é definida por Burgess como distrito comercial central, onde os preços do solo são mais elevados e onde há maior fluxo de pessoas e de transporte durante o dia. A zona II seria uma zona de transição próxima do centro, que se deteriorou ao longo dos anos, sendo habitada por ladrões, vagabundos, guetos, prostitutas, etc. A zona III seria o lugar dos trabalhadores de classes baixas, representada por residências simples. A zona IV seria a de melhores residências, pois estava ocupada pela classe média. A zona V se distinguiria por habitações unifamiliares de qualidade e de “bem-viver”, já que seria ocupada pela elite dominante<sup>7</sup>.

O modelo de Burgess foi e continua sendo exaustivamente estudado e aplicado a várias cidades. Dentre os críticos ao modelo de Burgess, cabe especial destaque àqueles que não se limitam a questionar a validade de seu modelo, mas passam a formular outros, destacando-se Homer Hoyt, que, em 1939, desenvolveu o modelo que ficou conhecido como Setorial<sup>8</sup>.

A principal diferença do modelo de Hoyt em relação aos dois primeiros consiste em deixar de lado a perspectiva de um espaço urbano estruturado em termos de pares dualísticos

– núcleo x periferia, ou de um padrão espacial de segregação formado por círculos que se sucedem a partir do centro. Acompanhando esse modelo, observa-se que as áreas ocupadas pela população de alto *status*, em diversas cidades, seguem uma lógica previsível, pois geralmente são áreas nas quais se encontram as principais vias de tráfego, são também aquelas mais bem servidas de infra-estrutura urbana, possuem os aluguéis mais elevados e apresentam amenidades naturais e/ou socialmente produzidas. Esse padrão tende a ser preservado por muito tempo, sendo difícil a sua reversão devido à função que mantém de estabelecer a elite numa área protegida e isolada e especialmente de apresentar as melhores infra-estruturas, tendo estas um custo bastante oneroso para reprodução em outro local.

A lógica do modelo de Hoyt está, portanto, na tendência auto-segregativa da população de alto *status*, que se expande ao longo de um eixo de circulação que corta as melhores áreas da cidade, de onde podem exercer um efetivo controle de seu território. As áreas ocupadas pelas famílias de alta renda podem localizar-se em um ou mais setores da cidade. Hoyt admite que a promoção imobiliária pode orientar a direção do crescimento das zonas residenciais de alto valor.

## 2.2 - O Padrão Latino-Americano

Já vimos que a estrutura urbana evolui ao longo do tempo. Esta evolução, em grande parte, se dá através do reconhecimento da divisão do espaço entre as diversas classes e usos sociais, em associação com o processo em que se encontra cada sociedade, resultando em padrões espaciais urbanos, sendo os mais conhecidos os de Kohl-Sjoberg, Burgess e Hoyt. A evolução tem sido ponto polêmico entre estudiosos do espaço urbano.

Conforme Corrêa (1995), os padrões espaciais podem ser vistos como *possibilidades* teóricas e não propriamente como um padrão ou modelo universal único, caracterizado cada um pela exclusividade descritiva da realidade urbana. Aliás, cabe aqui reiterar que, para Villaça (1978;1998), Schnore (1975), Corrêa (1995), dentre outros pesquisadores, há um consenso sobre “a extensão à qual é possível formular “leis” de urbanização que subsistem em mais de uma cultura” (SCHNORE,1975:337).

Assim, os padrões de localização residencial podem existir simultaneamente no mesmo espaço e ao mesmo tempo. Cada um pode, entretanto, também ocorrer em sua plenitude, como foi o caso do padrão identificado por Kohl-Sjoberg, que marcou, por muito tempo, numa fase pré-industrial, a organização espacial intra-urbana.

De acordo com a literatura sobre organização intra-urbana nas cidades latino-americanas, se tornou clássico, para a maioria dos autores, o reconhecimento da estrutura

urbana dualística centro (ricos) x periferia (pobres) como padrão residencial, desconhecendo a construção de subúrbios (setores) de alto *status* para países subdesenvolvidos. Fernandes, com base em Castells, afirma que este fato pode ser “compreendido como uma necessidade inevitável, já que este tipo de subúrbio rompe com a lógica dualística desta e de outras interpretações como o paradigma da urbanização dependente”. (1996:77).

A mudança da estrutura urbana que Hansen (1948) viu em Mérida, Yujnovsky (1971) reconheceu como regra na América Latina, qual seja, a evidência de uma relação evolutiva entre a cidade pré-industrial e a cidade industrial. Tal fato também é visto por Corrêa, que reconhece a “coexistência dos três padrões (.....) na grande cidade latino-americana”. (1995:75). Da mesma maneira, Mertins & Bähr (1983), ao retratarem o padrão básico da organização espacial da grande cidade latino-americana na segunda metade do século XX, sistematizaram a complexidade do padrão, o qual comporta a concretização das várias possibilidades teóricas de organização do espaço.

As conclusões de Yujnovsky sobre a estrutura interna da grande cidade latino-americana mostram claramente a coexistência dos três padrões. Conforme o autor, a grande cidade da América Latina passou por três períodos. O primeiro estende-se do século XVI até por volta de 1850: trata-se do período colonial, em que a cidade apresentava uma configuração de acordo com o padrão identificado por Kohl-Sjoberg, com a elite residindo junto ao centro. É o padrão que, na literatura, é reconhecido como “padrão tradicional latino-americano”. As áreas residenciais segregadas estão fundamentadas e legitimadas pela lei das Índias, que contém, entre outros aspectos, como deve ser a organização sócio-espacial da cidade<sup>9</sup>. O segundo período estende-se de mais ou menos 1850 até 1930. Com a independência e a expansão das atividades de exportação, as principais cidades passam a apresentar mudanças em termos tanto funcionais como sociais e espaciais. Há a emergência de uma classe média e firma-se uma classe dominante vinculada à propriedade da terra, ao grande comércio e, em muitos casos, à nascente indústria. Já a introdução de bondes e trens passa a encurtar distâncias, o que permite o desenvolvimento de novas áreas residenciais e a reformulação de outras, de forma que parte da elite transforma em residências permanentes suas chácaras localizadas próximas da periferia urbana; criam-se, então, loteamentos “exclusivos” dotados de toda a infra-estrutura necessária e usos relacionados ao *status* da população, tais como parques, hipódromos, campos de golfe, etc. As correntes migratórias tendem a convergir para o centro abandonado pela elite, indo os diversos segmentos da classe média localizarem-se em certos setores da periferia ou em áreas não distantes do centro.



O último período tem início mais ou menos a partir de 1930, acentuando-se os setores preferenciais das populações de alto *status*. Acentua-se também o processo migratório, e através dele aumenta o processo de periferização com loteamentos populares, autoconstrução e difusão de conjuntos habitacionais, também localizados em áreas periféricas, tendo como órgão financiador o Estado. Há uma verdadeira “explosão” de áreas de favelas.

A partir destes e de outros estudos, o que a princípio se discutia na literatura como sendo o “padrão tradicional latino-americano” – centro (ricos) x periferia (pobres) - , em contraste com o “padrão das cidades norte-americanas”, em que o local de residência da elite é a periferia urbana, começa a ser discutido especialmente a partir dos estudos realizados por Sjoberg (1960;1975). Este autor apresenta a tese de que todas as cidades, sejam elas européias, norte-americanas, latino-americanas ou de qualquer continente, evoluem de um estágio pré-industrial para o industrial, especialmente a partir de suas “condições tecnológicas”, ou seja, do nível tecnológico por elas atingido, o autor entende, a indústria como um tipo de tecnologia. Tem Sjoberg na tecnologia sua variável principal para mudança de estrutura urbana, mas admite que não se pode ignorar a função dos valores culturais e do impacto do poder social, admitindo, assim, que à “influência recíproca entre a estrutura de poder de uma sociedade (em seu plano nacional e internacional) e seu sistema de valores, [em que] diferentes nações seguem caminhos um tanto diferentes, em direção à urbanização industrial” (SJOBORG, 1975:197).

Para Sjoberg (1960;1975), toda cidade pré-industrializada, seja ela do período barroco, da Idade Média ou atual, apresenta uma organização espacial com a elite residindo no centro e os pobres na periferia. Ao se industrializar, modernizar, a configuração espacial muda: há o abandono, em maior ou menor grau, da classe dominante do centro, indo esta ocupar a periferia ou um setor da periferia. Esta mudança de configuração espacial da cidade pré-industrial para industrializada não ocorre subitamente por uma completa transformação para a forma industrial. Assim, admite o autor a existência de um terceiro tipo de cidade, o qual chamou de “período de transição” ou “cidades industrializantes” – as quais apresentam caráter parcialmente industrial e pré-industrial. Os três tipos - pré-industrial, industrializante e industrializada - constituem-se em fases de um processo em desenvolvimento.

A tese de Sjoberg é reforçada com as análises realizadas por Schnore (1975) sobre a estrutura espacial das cidades nas duas Américas. É de extrema importância para o entendimento da estrutura urbana das cidades da América Latina ter claro em que pontos esse

autor se fundamenta para reforçar a hipótese de Sjoberg com relação à evolução das estruturas urbanas.

A princípio, o que se pensava era que o padrão locacional da elite das cidades latino-americanas diferia do das cidades norte-americanas simplesmente pelo fato de as primeiras terem sido conscientemente planejadas na época colonial, pois a lei espanhola (lei das Índias) preceituava o padrão ortogonal com ruas traçadas como um tabuleiro de xadrez e uma praça situada no centro.

O estudo de Hoyt sobre Chicago, por sua vez, revela que as áreas de “alta categoria”, em 1857, localizavam-se próximas do centro, deslocando-se para a periferia no decorrer dos anos.

Considerando esses estudos, Schnore (1975) levanta a possibilidade de que o padrão latino-americano já tenha sido típico das cidades norte-americanas numa época anterior à fase em que Burgess realizou seus estudos. Conclui o autor que esse padrão ocorreu nas cidades norte-americanas numa fase anterior ao desenvolvimento dos modelos formais de transporte e do crescimento rápido da população, ambos conseqüência da Revolução Industrial. Isso significa que a diferença de padrão residencial encontrado não pode ser atribuída à herança latina ou norte-americana, e sim ao estágio de desenvolvimento em que a cidade se encontra.

Nesse sentido, a mudança do padrão residencial é justificado pelo crescimento da cidade, tecnologia local dos transportes (conseqüências da industrialização) e poder social. Se o crescimento da cidade estiver acompanhado pelo desenvolvimento comercial e industrial, haverá novos competidores para a ocupação da área central. Havendo desenvolvimento comercial e industrial, os grupos de alto status são obrigados a abandonar o centro em função dos usos mais competitivos. A invasão do centro por esses tipos de uso, juntamente com o tráfego que eles geram, tornam os espaços centrais indesejáveis para residências. Entretanto, para que as elites abandonem o centro, é necessário haver condições técnicas que permitam acessá-lo de maneira rápida e fácil (SCHNORE,1975).

No Brasil, Villaça evidencia essas mudanças no seu estudo sobre a estrutura territorial de seis metrópoles brasileiras – Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, onde constata que o mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. Mais adiante, analisa que

A estrutura espacial básica da metrópole brasileira tende a se realizar segundo setores de círculo, mais do que segundo círculos concêntricos, (...) [o que] nos traz à mente um processo espacial urbano bastante conhecido mesmo pelos leigos: o de que os bairros residenciais de alta renda ‘ andam’ ou “deslocam-se” sempre na mesma direção. (...). Também as indústrias tendem a se desenvolver num sentido radial. (...) A essência do sentido radial – e portanto dos setores – é a necessidade de manter acesso ao centro da cidade, (...) Quanto mais restrita espacialmente a atividade, maior sua tendência de se concentrar num setor<sup>10</sup>.(1998:143).

Conclui ainda Villaça que “o deslocamento das nossas burguesias segundo setores e não círculos concêntricos decorre também de suas diminutas dimensões e do enorme desequilíbrio entre as classes sociais existentes no Brasil”. (1998:153).

De uma forma geral Torres (2005) aponta que a distribuição dos grupos sociais no espaço das metrópoles brasileira mostra que sua conformação é grosseiramente radial e concêntrica , e com vários centros dependendo dos elementos considerados. Entretanto, salienta Torres, quando realizamos um estudo mais detalhado do tecido da metrópole, encontramos muitos elementos significativos que fogem a esse padrão, dentre eles a existência de importantes novas centralidades da classe alta em regiões de expansão sob intensa produção do capital imobiliário de incorporação e, em um outro extremo da estrutura social, podemos observar a significativa heterogeneidade social e territorial na distribuição dos mais pobres. Isto quer dizer que não apenas há tipos diferentes de grupos de pobres, como esses se distribuem espacialmente de forma mais complexa do que a maior parte da literatura tem descrito. (TORRES, 2005:38)

Um estudo que aborda estas novas distribuições dos grupos sociais o espaço, é o de Caldeira (2000) feito para a metrópole de São Paulo, onde ela identifica três padrões de segregação espacial. O primeiro, que se estendeu do final do século XIX até 1940, e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradias. O segundo padrão ou forma urbana, o centro-periferia, que dominou o desenvolvimento da cidade entre 1940 e 1980, em que diferentes grupos sociais estavam separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentravam-se nos bairros centrais com boa infra-estrutura, e os pobres vivendo nas precárias e distantes periferias, e que ainda encontramos hoje. E um terceiro padrão que vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana, sobrepostos ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência,

consumo, lazer e trabalho, o que Caldeira chama de “enclaves fortificados”. (CALDEIRA, 2000)

Não poderíamos deixar de citar aqui a obra de Gilberto Freire – *Sobrados e Mucambos*, lançada em 1936 como seqüência de *Casa Grande & Senzala*, na qual o autor passa a focalizar a decadência do patriarcado rural, exatamente quando a família passa do meio rural para o outro universo – o urbano - , em seu nascedouro, do final do século XVIII para o início do século XIX. A partir dessa obra, podemos verificar que desde o seu “nascedouro a cidade brasileira gera um ambiente urbano caracterizado pela profunda diferença no modo de apropriação do espaço” (MONTEIRO,1996:67).

Ao longo de toda sua obra, Freire apresenta o que é e como evolui a organização espacial da cidade brasileira especialmente no que diz respeito à família, à casa, aos costumes, à praça, à rua, à raça, à religião, à miscigenação, enfim, ao sentido do que se modificou na paisagem social do Brasil patriarcal, deixando gravado o princípio básico daquilo que, daí por diante, vai ser uma das mais claras e persistentes “leis” em nossa urbanização:

O problema é o ecológico de distribuição humana desigual, o rico se estendendo pelo seco, o pobre se ensardinando na lama. As populações miseráveis em luta com a lama muitas vezes acabam saneando o chão. Mas o chão enxuto e saneado é espaço aristocratizado: o mucambeiro é exotado dele; e vêm os ricos que levantam casas de pedra e cal. Os mucambos vão aparecer adiante, noutros trechos de lama, dentro doutros mangues (1977:Tomo I).

### **3 – Considerações**

Apresentou-se, o debate contemporâneo sobre a estruturação do espaço urbano e o processo de segregação residencial. Buscou-se salientar sobretudo a importância que assumem as áreas residências na organização e estruturação dos espaços intra-urbanos.

Foi, assim, demonstrado que o processo de segregação residencial está presente no espaço urbano de diferentes tipos de cidade, desde o seu nascedouro. Através da segregação residencial, ou mais precisamente através de uma de suas frações – a elite - , que os outros grupos e atividades passam a se localizar no espaço, traduzindo-se em padrões de organização espaciais. Tais padrões ou modelos espaciais representam *possibilidades teóricas* e não modelos universais únicos, caracterizados cada um deles pela exclusividade descritiva da realidade urbana local.

Assim, os discursos sobre a temática da organização da estrutura social suscitam divergências, dentre elas a discussão sobre até que ponto é possível formular leis de urbanização que subsistam em mais de uma cultura. Cada cidade reveste-se de características

próprias, seja no que se refere à dinâmica de sua inserção na divisão territorial do trabalho, seja em relação ao conteúdo, à funcionalidade e às implicações sociais e espaciais da racionalidade técnica presente no território, como também no que diz respeito ao processo de (re)produção do espaço urbano.

Há, entretanto, um certo consenso no que tange a mudança, a evolução dos padrões locacionais da estrutura social, que encontram-se vinculadas às mudanças tecnológicas, ou seja, ao nível tecnológico e econômico que as cidades atingem.

Neste sentido, a literatura tem apontado que as cidades mudam suas configurações espaciais ao se industrializarem, modernizarem, passando de um padrão pré-industrial, em que a elite reside no centro e os pobres na periferia, para um padrão industrial, onde há uma inversão do padrão anterior, indo os ricos residir na periferia. Há, portanto, o abandono pelas elites, em maior ou menor grau, do centro e ocupação da periferia ou de setores da periferia. Os estudos de Gideon Sjoberg (1960; 1975) e Leo Schnore (1975) apontam para essa tese de mudança técnica, econômica e espacial que ocorrem nas grandes cidades e metrópoles ao se industrializarem.

Contudo, tanto os estudos de Sjoberg e Schnore, assim como os de outros estudiosos sobre os padrões locacionais da estrutura social, que evidenciam esta “evolução” de um padrão pré-industrial para um industrial, não apresentam propostas para cidades que modernizaram mas não desenvolveram em seu espaço um parque industrial significativo a ponto de “transformar” seu espaço social.

Assim, no início do século XXI, no campo dos estudos urbanos e regionais a temática da segregação residencial continua ocupando posição de destaque na reflexão e debate dos pesquisadores. Essa reflexão, como já abordamos, se deslocou por pressupostos teóricos múltiplos, tais como a sociologia da Escola de Chicago nas três primeiras décadas do século XX, pela sociologia urbana marxista nos anos 1960 e 1970, pela abordagem foucaultiana nos anos 1980 e, posteriormente, em torno do paradigma das cidades globais. Pode-se dizer que vivemos um momento de desvendamento de processos e especificidades nacionais e locais, de busca de precisão conceitual e de uma grande preocupação dos pesquisadores das áreas de urbanismo, demografia, economia, geografia, sociologia e demais ciências sociais, em vincular os estudos de segregação residencial à elaboração de políticas públicas, fato que vêm se refletir sobre as metodologias utilizadas nas pesquisas; e, nos conceitos de segregação, exclusão/inclusão social e vulnerabilidade. Além disso, discutem-se também os múltiplos processos de segregação hoje presentes nas cidades, em especial nas cidades brasileiras, e

sobre o alcance e os limites desses conceitos, assim como dos indicadores de medidas de desigualdades urbanas para explicá-los.

Diversos seminários, simpósios e encontros têm sido realizados tendo o processo de segregação residencial como temática central, reforçando a importância da temática para o entendimento dos processos espaciais urbanos, dos quais podemos citar o *Seminaire sur La Ségrégation*, realizado em março de 1992 e junho de 1993, em Paris, pelo Réseau Socio-Economie de l'Habitat; o *Internacional Seminar on Segregation in the City*, realizado em 2001, em Boston, pelo Lincoln Instituto of Land Policy; o Seminário sobre estrutura social e segregação espacial: São Paulo, Rio de Janeiro e Paris, realizado em junho de 2004, em São Paulo, pelo CEM/CEBRAP (Centro de Estudos da Metrópole); o *Seminar Urban Segregation na Labor in the Americas*, realizado em fevereiro de 2008, no Texas, pela University of Texas at Austin.

#### 4 - Notas

1 -Sobre o modelo para sociedades pré-industriais, consultar: CORRÊA, R. L.. O espaço urbano, 1995 ; BERRY, Brian. The human consequences of urbanization. New York, Saint Martin Press, 1973; SJOBERG, Gideon. The Pre Industrial City: past and present american journal of sociology. 60., 1960; SJOBERG, Gideon. Cidades em desenvolvimento e cidades das sociedades industriais: análise pluricultural. In: HOURSE, Philip e SCHNORE, Leo Estudos de Urbanização. Tradução de Eunice R. Ribeiro Costa. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1975. P. 195-241.

2 -Chauncy D. Harris e Edward L. Ullmam formularam o modelo de Núcleos Múltiplos. Este, entretanto, apresenta a desvantagem de ser por demais decalcado da realidade, ou seja, é pobre como síntese e, por isso, incapaz de refletir uma variedade de casos concretos. Para VILLAÇA, “ao se pretender retratar distintas cidades através desse modelo, ver-se-á que em cada caso eles serão estruturalmente diferentes, ou seja, cada um se assemelhará a cada uma das cidades retratadas”. VILLAÇA, Flávio. A estrutura territorial da metrópole sul brasileira: áreas residenciais e comerciais. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, FFCH, Depto Geografia, 1978. Sobre este e, ainda, os modelos de Burgess e Hoyt, consultar: GARNIER, B. J. Modelos de geografia urbana e localização das povoações, 1975; GOITIA, Fernando Chueca. Breve história do urbanismo, 4. Ed. Lisboa: ed. Presença Ltda,1996 p. 205-226; CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano p. 66-79, 1995; EUFRASIO, Maria A . Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915- 1940) São Paulo: Curso de Pós-graduação em Sociologia da USP/ Editora 34, 1999; VILLAÇA, Flavio. O espaço intra-urbano no Brasil,1998.

3 -Neste sentido, Schnore apresenta a hipótese do modelo de Burgess e as críticas feitas a este por James A . Quinn e Homer Hoyt, abordando, então, as mudanças que apresentam as cidades latino-americanas quando tem início a industrialização. In: Schnore, Leo.,1975.

4 -Sobre a Escola de Ecologia Humana e o modelo de Burgess ver: CORRÊA, R. L. op. cit., 1995; GARNIER, B. J. op cit., 1975; GOITIA, F. C. op. cit., 1996; EUFRASIO, M. A. op. cit.,1999.

5 -Friedrich Engels foi o primeiro pesquisador dentro do pensamento marxista a fornecer um quadro teórico sistemático sobre a “segregação”, visto que em Marx encontram-se apenas alguns reflexos sobre a “Habitação” em caráter bastante genérico. São dois os principais textos em que Engels “teoriza” sobre “segregação”. O primeiro em “As grandes cidades” , situada na obra “ A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, publicada a primeira vez em 1845. O segundo texto, “ Contribuição ao problema de habitação”, foi escrito em 1886.

ENGELS, Friedrich. Las grandes ciudades. In: El problema de la vivienda. 2. Edição. Barcelona: Editora Gustavo Gili S.A . , 1977. P.93-129.

ENGELS, Friedrich. Contribuição ao problema da habitação. In: Marx, Karl & Engels, Friedrich. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa Ômega, s.d. vol. 2, p. 105-182.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Tradução de Rosa Camargo Antigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, coleção Bases, n. 47, 1986, 391p. p. 54-55.

6 -Os processos de centralização e descentralização nada mais eram que a versão funcional do ciclo de invasão-sucessão descritos por Mckenzie.

7 -A zona II deixa de existir em cidades atuais, onde há o processo de renovação urbana.

8 -Destacam-se também as contribuições feitas por James A . Quinn em seu livro “Human Ecology” ,no qual afirma que o modelo de Burgess seria aplicável a uma cidade em crescimento com determinadas características – população com certa heterogeneidade étnica e sócio-econômica; base econômica comercial-industrial; economia competitiva e propriedade privada da terra; eficiente sistema de transporte igualmente fácil, rápido e barato em todas as direções. Características estas que Schnore considera “variáveis independentes” as quais acrescenta à necessidade de outras premissas, como, por exemplo, a existência de um único centro.

9 -Convém, aqui, salientar que há autores, como Schnore, que discutem a veracidade de esta organização ser atribuída somente à lei das Índias.

10 -Villaça, F. idem. Cabe salientar que são muitos os trabalhos sobre estruturação intra-urbana para cidades brasileiras (a grande maioria sobre grandes cidades e metrópoles),especialmente a partir da década de 80. Optou-se, aqui, por apresentar o trabalho de Villaça por ser este o que analisa não apenas uma, mas seis metrópoles, evidenciando a dinâmica residencial dessas cidades nos últimos 100 anos.

## 5 - Bibliografia

ALONSO, William. **Location and land use**. Cambridge/Mass, Harvard University Press, 1964, 204 p.

BAHIANA, Luiz Cavalcanti da Cunha. Agentes Modeladores e uso do solo urbano; In: **Anais da Associação de Geógrafos Brasileiros**, vol XIX, AGB, São Paulo: 1978.

BERRY, Brian. **The human consequences of urbanization**. New York, Saint Martin Press, 1973.

BRUM , Jacques; Rhein, Catherine (eds) **La ségrégation dans la ville: concepts et mesures**. Paris:Editions L’Harmattan,1994 .257p.

BURGESS, Ernest W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. In: PIERSON, Donald (org.) **Estudos de Ecologia Humana**. Tomo I, São Paulo: Martins, 1948. p. 353-368.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CAPEL, Horacio. Agentes y Estratégias en la Produccion del spacio urbano espanhol. In: **Revista de Geografia VIII** (1 e 2) 1974, p. 19-53.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1983, Coleção PensamentoCritico, V 48.

CLAVAL, Paul. Villes et pluralité des cultures.Problèmes et contextes. In: **Géographie et culturas** N:26, ano 1998, p. 11-24 .

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano, 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1995. 94 p.

\_\_\_\_\_. Processos espaciais e a cidade. IN: **Trajelórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.121-143.

CHORLEY, R. J. e HAGGET, P. **Modelos sócio-econômicos em geografia**. Tradução de Arnaldo Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos, SP: Edusp, 1975, 274 p.

DICKINSON, R. E. **City, Region and regionalism: a geographical contribution to Human Ecology**. London: Butter & Tanner, 1947, 327 p.

ENGELS, Friedrich. Las grandes ciudades. In: **El problema de la vivienda**. 2. Edição. Barcelona: Editora Gustavo Gili S.A . , 1977. p.93-129.

\_\_\_\_\_. Contribuição ao problema da habitação. In: Marx, Karl & Engels, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa Ômega, s.d. vol. 2, 105-182 p.

\_\_\_\_\_. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Rosa Camargo Antigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, coleção Bases, n. 47, 1986, 391p.

EUFRASIO, Mário A. **Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)** São Paulo: Curso de Pós-graduação em Sociologia da USP/ Editora 34, 1999; 303 p.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1945)**. Dissertação de mestrado, PPGG, IGEO-UFRJ, 1996.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. Tomo I e II, 5. Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977.

\_\_\_\_\_. **Casa Grande & Senzala**. 39ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do urbanismo**, 4. Ed. Lisboa: ed. Presença Ltda, 1996.

GOTTDINER, Marx. **A produção do espaço urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1993, 310 p.

HANSEN, Asael. Ecologia de uma cidade latino-americana. In: Pierson, Donald. **Estudos de Ecologia Humana**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1948. p.495-512.

HARRIS, Richard. Residential segregation and class formation in the capitalist city: a review and directions for research. In: **Progress in human geophaphy**, 18, 1984, p.26-49.

HARVEY, David. **Society, the city and space-economy of urbanism**. Association of American Geographers, commission on college Geography, Resource Paper 18, 1972.

\_\_\_\_\_. **A Justiça Social e a Cidade**. Tradução Armando C. da Silva. São Paulo: Hucitec 1980, 291 p.

\_\_\_\_\_. Class structure in a capitalistic society and the theory of residential differentiation. In: HARVEY, D. **Urbanization of Capital**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1989.

\_\_\_\_\_. Class struture and the theory of residencial differentiation. In: HARVEY, D. **Urbanization of Capital**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1989.

\_\_\_\_\_. **The Urban experience**. Great Britain: Library of Congress Catalog Card, 1989.

HOUSER, Philip e SCHNORE, Leo. **Estudos de urbanização**. Tradução de Eunice R. Ribeiro Costa. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 60. 1975. 520 p.

HOLLYS, Martim & NELL, Edward J. **O homem Econômico Racional: uma crítica filosófica da Economia**

LEFÉBVRE, Henri. **La producion de l' espaço**. Paris, Maspero, 1974.

\_\_\_\_\_. **Espacio y Política**. Barcelona, Ediciones Peninsula, 1976.

\_\_\_\_\_. **O direito à Cidade**. Tradução de Rubens E. Farias. São Paulo: Moraes, 1991, 145p.

\_\_\_\_\_. A revolução Urbana. Trad. Sérgio Martins. B.H.: Ed. UFMG, 1999. In:

LOGAN, J. & MOLOTCH, H. L. **The urban fortune: the political Economy of place**. Berkeley, The University of California Press, 1987, 383 p.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. Tradução de Estela dos Santos Moura. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 359p.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. **Segregação Residencial Urbana: Análise Teórica e Sintese Comparativa entre as perspectivas positivistas e marxista**. Dissertação de Mestrado.PPGG UFRJ. RJ: 1994. 221p.

MERTINS, G. & BÄHR, J. Un modelo de la diferenciación sócio-espacial de las metropoles de América Latina. In: **Revista Geografia**, México, Juno-Diciembre 1983, n. 98.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. O significativo “Ambiental” em Sobrados e Mucambos – uma leitura geográfica. In: Fonseca, Edson Nery da (org) **Sobrados e**



**Mucambos: entendimento e interpretação.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangans. Núcleo de estudos Freyrianos, 1996.

MUNFORD, Lewis, **A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas.** 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MUTH, Richard F. **Cities and Housing – the spacial pattern of urban residential land use.** Chicago: The University of Chicago Press, 1975, 355 p.

O'NEILL, Maria Mônica Vieiro Caetano. Condomínios Exclusivos: Um estudo de caso. In: **Revista Brasileira de Geografia**, RJ 48, (1):63-81, jan./mar., 1986.

O'NEILL, Maria Mônica e NATAL, Marília Carneiro. Mobilidade residencial: alguns comentários. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, n. 2 Abr./jun. 1988. p. 125-131.

\_\_\_\_\_. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Velho, Otávio Guilherme ( org) **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973,p.26-27.

PIERSON, Donald. **Estudos de Ecologia Humana.** São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1948, Tomo I, 595 p.

PRÉTECEILLE, Edmund. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. Tradução: Daniel Julien Van Wilderode. Revisão da tradução: Sarah Feldman. In: *Revista Espaço & Debates*, São Paulo: v. 24, n. 45, p. 11-23, jan/jul 2004.

RACINE, J. B. L'Evolution recénte du phénomine périurban Nord-Américain. In: **Revue de Géographie de Montreal**, 24(1-2): 43-54, 143-163, 1976.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985 (coleção espaços).

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SJOBERG, Gideon. **The Pre Industrial City: past and present** american journal of sociology. 60., 1960.

\_\_\_\_\_. Cidades em desenvolvimento e cidades das sociedades industriais: análise pluricultural. In: Hourse, Philip e Schnore, Leo **Estudos de Urbanização.** Tradução de Eunice R. Ribeiro Costa. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1975.

SCHNORE, Leo. Sobre a estrutura espacial das cidades nas duas Américas. In: Houser, Philip e Schnore, Leo. **Estudos de urbanização.** Tradução de Eunice R. Ribeiro Costa. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 60. 1975.

SMOLKA, Martim. Estruturas intra-urbanas e segregação social do espaço: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Pesquisas Econômicas, 1983, 265p (fac-smile 13).

SPOSITO, Maria Conceição Beltrão. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. In: **Revista de Geografia** set/out/nov/dez. 1996 – n. 4. pp. 71-85.

THEODORSON, George A. (org). **Estudios de Ecologia Humana.** Barcelona, Labor, 1974, 2 vols.: I vol. (525p.); II vol. (488p.).

TORRES, Haroldo da Gama. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990. **Rev. bras. Ci. Soc.** , São Paulo, v. 19, n. 54, 2004 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092004000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 Janeiro 2007. doi: 10.1590/S0102-69092004000100003

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio <sup>18</sup>

Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1998.